



239

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0268815-5**  
**ORIGEM:** Vara Única da Comarca de Itaquitinga  
**PARTES:** Município de Itaquitinga  
Edite Aguiar da Silva e Outros  
**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** REEXAME NECESSÁRIO. ADMINISTRATIVO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. 1. O entendimento firme do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o *dies a quo* para o cômputo da prescrição do direito de recebimento em pecúnia de licenças-prêmios não gozadas é a data da aposentadoria do servidor. Precedente. 2. Observou-se, no ponto, o acerto da sentença, posto que apenas relativamente à autora Maria José Correia de Oliveira é que restou consumada a prescrição do fundo de direito, de vez que aposentada em 11/04/2001, ficou-se inerte até o dia 06/12/2007, quando formulou requerimento administrativo, ou seja, quando já transcorridos mais de seis anos de sua aposentadoria, apenas vindo a ajuizar o presente feito em 17/07/2008. 3. A situação posta nos presentes autos conduz à irrelevância do debate acerca da inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, em virtude da previsão da licença em apreço na Lei Orgânica do Município, posto que o benefício encontra-se igualmente previsto na Lei Complementar Municipal instituidora do Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Itaquitinga (Lei Complementar Municipal nº 09/1991). 4. O Juízo *a quo* analisou o preenchimento dos requisitos necessários à aquisição das licenças-prêmios por parte de cada um dos autores, salvo, por óbvio, o caso em que se verificou a ocorrência de prescrição. 5. Reexame necessário improvido, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Reexame Necessário de nº 0268815-5, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



237  
lv

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0268815-5  
ORIGEM: Vara Única da Comarca de Itaquitinga  
PARTES: Município de Itaquitinga  
Edite Aguiar da Silva e Outros  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **Reexame Necessário** da sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca do Itaquitinga que reconheceu a prescrição da pretensão da autora Maria José Correa de Oliveira, e julgou procedente o pedido formulado pelos demais autores nos autos da ação ordinária nº 0000258-12.2008.8.17.0800, nos seguintes termos (fls. 193/198):

- na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, CONDENO o demandado, **MUNICÍPIO DE ITAQUITINGA**, ao pagamento de:
  - 12 (doze) meses de remuneração integral à época do efetivo pagamento, correspondentes a duas licenças-prêmio, com relação à Edite Aguiar da Silva;
  - 6 (seis) meses de remuneração integral à época do efetivo pagamento, correspondentes a 1 (uma) licença-prêmio, com relação à Eunice Xavier Rodrigues de Melo;
  - 12 (doze) meses de remuneração integral à época do efetivo pagamento, correspondentes a duas licenças-prêmio, com relação à Maria Eduvirges da Silva;
  - 12 (doze) meses de remuneração integral à época do efetivo pagamento, correspondentes a duas licenças-prêmio, com relação à Josefa Ferreira de Souza Silva;
  - 18 (dezoito) meses de remuneração integral à época do efetivo pagamento, correspondentes a três licenças-prêmio, com relação à Maria Paulino do Carmo.

O Município não apelou da sentença em apreço, apesar de regularmente intimado, conforme certificado às fls. 205.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pelo provimento do reexame necessário, ao entendimento de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, da previsão de licença-prêmio na lei orgânica municipal. (fls. 228/232).

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

~~Recife, 02 de maio de 2014.~~  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



240  
29

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0268815-5  
ORIGEM: Vara Única da Comarca de Itaquitinga  
PARTES: Município de Itaquitinga  
Edite Aguiar da Silva e Outros  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Conforme antedito no relatório, o pleito dos autores, servidores estatutários do Município de Itaquitinga, consiste na conversão em pecúnia de licenças-prêmios não gozadas, tampouco utilizadas para cômputo de tempo de serviço/contribuição de suas aposentadorias.

Em sede de contestação, o Município sustentou que o pleito dos autores encontra-se fulminado pela prescrição e, bem assim, a inconstitucionalidade da licença em foco, porquanto instituída na Lei Orgânica, encontra-se eivada de vício de iniciativa, visto ser a matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito.

Aduziu ainda não ter disponibilidade financeira para arcar com o pagamento das licenças em foco.

Pois bem.

Registro, de partida, que o entendimento firme do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o *dies a quo* para o cômputo da prescrição do direito de recebimento em pecúnia de licenças-prêmios não gozadas é a data da aposentadoria do servidor:

EMEN: ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. LICENÇAS-PRÊMIO NÃO GOZADAS. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. DATA DA APOSENTADORIA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. É firme, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que, no caso de pedido de conversão em pecúnia de licença-prêmio não gozada, o termo inicial do prazo prescricional é a data da aposentadoria do servidor. 2. O registro da aposentadoria pelo Tribunal de Contas tem natureza jurídica meramente declaratória, e não constitutiva. Precedentes do STJ. 3. Agravo regimental improvido. (AGA 200800105780, ARNALDO ESTEVES LIMA, STJ - QUINTA TURMA, DJE DATA:04/08/2008 ..DTPB:.).

Nesse mesmo sentido entendeu o Juízo *a quo*, conforme consignado na sentença em reexame:

No caso dos autos, as servidoras Edite Aguiar da Silva, Eunice Xavier Rodrigues de Melo, Maria Eduvirges da Silva e Maria Paulino do Carmo, aposentaram-se respectivamente em 3-1-2005 (fl.177), 13-7-2004 (fl.170), 31-3-2006 (fl.172) e 4-4-2005 (fl.174), sendo a presente ação ajuizada em 17-7-2008 (fl.2), ou seja, quando ainda não escoado o prazo prescricional de cinco anos.

Com relação à servidora Josefa Ferreira de Souza Silva, mesmo promovida a ação em 17-7-2008, quando já ultrapassados cinco anos de sua aposentadoria, ocorrida em 4-7-2002 (fl.185), verifica-se a existência de requerimento administrativo protocolado em 1-11-2006



241

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

(fl.73), não se podendo falar em inércia da demandante e, portanto, em prescrição. Isso porque a manifestação de interesse do recebimento do direito vindicado na via administrativa, seguido do silêncio da administração, faz suspender o prazo prescricional para o ingresso com o provimento jurisdicional, remanescendo a garantia constitucional do direito de ação.

Por fim, no que pertine à servidora Maria José Correia de Oliveira, tendo ela se aposentado em 11-4-2001 (fl.186), considerando que o requerimento administrativo apenas foi protocolado em 6-12-2007 (fl.120), e a presente ação ajuizada em 17-7-2008, verifica-se a incidência da prescrição, posto que, em ambas as vias, já ultrapassado o prazo de cinco anos.

Tenho, no ponto, pelo acerto da sentença, posto que apenas relativamente à autora Maria José Correia de Oliveira é que restou consumada a prescrição do fundo de direito, de vez que aposentada em 11/04/2001, ficou-se inerte até o dia 06/12/2007, quando formulou requerimento administrativo, ou seja, quando já transcorridos mais de seis anos de sua aposentadoria, apenas vindo a ajuizar o presente feito em 17/07/2008.

Quanto à alegação de inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, em virtude da previsão da licença em apreço na Lei Orgânica do Município, observo que a Lei Complementar nº 09/1991, que instituiu o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Itaquitinga dispõe em seu art. 1º, § 2º, IV e V (fls. 181):

Art. 1.º Fica instituído o Regime Jurídico Único, com natureza de Direito Público, aplicável aos servidores públicos da Administração direta, autarquias e fundações públicas dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Itaquitinga, que se expressa pelo contido na Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, até a aprovação do Estatuto dos Servidores Civis Públicos do Município.

(...)

§2.º. São direitos desses servidores:

(...)

IV - licença-prêmio de seis meses por decênio de serviço prestado ao Município, na forma da lei;

V – recebimento do valor das licenças-prêmio não gozadas, correspondente cada uma a seis meses de remuneração integral do funcionário à época do pagamento, em caso de falecimento ou ao se aposentar, quando a contagem do aludido tempo não se torne necessária para efeito de aposentadoria;"

Nesse contexto, é de se concluir pela irrelevância do debate acerca da inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, posto que o benefício encontra-se previsto na Lei Complementar Municipal instituidora do Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Itaquitinga.

Observo, por fim, que o Juízo *a quo* analisou o preenchimento dos requisitos necessários à aquisição das licenças-prêmios por parte de cada um dos autores, salvo, por óbvio, o caso em que se verificou a ocorrência de prescrição.



242  
P

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Transcrevo, no ponto, o seguinte trecho da sentença em reexame:

Edite Aguiar da Silva, aposentada em 3-1-2005, consoante portaria n.º 35/2006 (fl.177), prestou serviços ao Município no período de 1-6-1977 a 4-11-2004 (fls.178-179), perfazendo 2 (dois) decênios completos, fazendo jus a 2 (duas) licenças-prêmio de seis meses, convertidas cada uma a seis meses de remuneração integral da servidora à época do efetivo pagamento.

Eunice Xavier Rodrigues de Melo, aposentada em 13-7-2004, consoante portaria n.º 66/2004 (fls. 26 e 170), prestou serviços ao Município no período de 2-5-1991 a 24-5-2004 (fls.171), perfazendo 1 (um) decênio completo, fazendo jus a 1 (uma) licença-prêmio de seis meses, convertida em seis meses de remuneração integral da servidora à época do efetivo pagamento.

Maria Eduvirges da Silva, aposentada em 31-3-2006, consoante portaria n.º 31/2006 (fl.172), prestou serviços ao Município no período de 10-2-1979 a 31-3-2006 (fl.173), perfazendo 2 (dois) decênios completos, fazendo jus a 2 (duas) licenças-prêmio de seis meses, convertidas cada uma em seis meses de remuneração integral da servidora à época do efetivo pagamento.

Josefa Ferreira de Souza Silva, aposentada em 4-7-2002, prestou serviços ao Município durante 27 (vinte e sete) anos, 5 (cinco) meses e 4 (quatro) dias (fl.185), perfazendo 2 (dois) decênios completos, fazendo jus a 2 (duas) licenças-prêmio de seis meses, convertidas cada uma em seis meses de remuneração integral da servidora à época do efetivo pagamento.

Maria Paulino do Carmo, aposentada em 4-4-2005, consoante portaria n.º 82/2006 (fl.174), prestou serviços ao Município de 1970 a 2005 (fl.175), perfazendo 3 (três) decênios completos, fazendo jus a 3 (três) licenças-prêmio de seis meses, convertidas cada uma em seis meses de remuneração integral da servidora à época do efetivo pagamento.

Ante o exposto, **nego provimento ao reexame necessário.**

Recife, 22 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator